Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.ICN-9462/2013**
PROCESSO TC/MS	:	11572/2013
PROTOCOLO	:	1429492
ÓRGÃO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA/MS
ORDENADOR (A) DE DESPESAS	:	SILAS JOSÉ DA SILVA
CARGO DO ORDENADOR (A)	:	PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63/2013
RELATOR	:	CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
CONTRATADO (A)	:	SOUZA & MATIASSI LTDA.
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2013
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	AQUISIÇÃO DE LEITE PASTEURIZADO TIPO "C" E BEBIDA LÁCTEA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE ÁGUA CLARA/MS.
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	:	R$ 33.600,00

EMENTA: CONTRATO ADMINISTRATIVO. 1ª FASE. AQUISIÇÃO DE LEITE PAUSTEURIZADO TIPO "C" E BEBIDA LÁCTEA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE ÁGUA CLARA/MS. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL. PROCESSO REGULAR E LEGAL.

I – RELATÓRIO:

O processo em epígrafe se refere ao exame do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Presencial nº 22/2013 e formalização do Contrato Administrativo nº 63/2013 (peça 16), firmado entre o **MUNICÍPIO DE ÁGUA CLARA/MS,** CNPJ/MF n° 03.184.066/0001-77, como Contratante, neste ato representado



por seu Prefeito Municipal, Sr. Silas José da Silva, CPF nº 044.977.578-03, e a empresa **SOUZA & MATIASSI LTDA.,** CNPJ nº 10.632.524/0001-59, representada neste ato pelo Sr. Alexandre Mendes de Souza, CPF n° 940.303.161-15, como Contratada, conforme competência estabelecida pelo artigo 77, II, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul e artigo 21, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012.

Como objeto, a presente obrigação visa à aquisição de leite pausterizado tipo "C" e bebida láctea, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Água Clara/MS, com o contrato no valor de R$ 33.600,00 (trinta e seis mil e seiscentos reais), tendo como prazo de vigência, o período de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Contratante, nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

A Nota de Empenho n° 1198/2013, foi juntada aos autos à peça 18, no valor de R$ 4.480,00 (quatro mil e quatrocentos e oitenta reais).

Foi publicado o extrato do contrato em 23/05/2013 (peça 17), e os documentos que constituem o processo foram encaminhados a esta Corte de Contas em 27/06/2013 (peça 01).

A 2ª Inspetoria de Controle Externo, através da análise conclusiva ANC–2ICE–10568/2013 (peça 21), se manifestou pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 22/2013 e da formalização do Contrato Administrativo nº 63/2013, nos termos do artigo 307 e artigo 311, I, da Resolução Normativa TC/MS nº 57/2006, considerando o procedimento determinado pelo artigo 3º, I, da OTI/DGGM/PRES nº 03/2010, que trata dos procedimentos licitatórios que resultam em contratações coletivas.



O Ministério Público de Contas analisou os documentos acostados nos autos e por meio do parecer PAR–MPC – 11038/2013 (peça 22), opinou pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização do Contrato Administrativo nº 063/2013, com lastro nas disposições insculpidas no artigo 311, I, c/c o artigo 312, I, (primeira parte) da Resolução Normativa nº 057/2006.

Esta é a síntese dos fatos e documentos que constituem o processo.

II – DO MÉRITO:

O mérito da questão compreende a apreciação do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 22/2013 e da formalização do Contrato Administrativo nº 63/2013.

A Nota de Empenho, já anexada aos autos, com o valor acima mencionado, atenderam as exigências da Lei Federal n° 4.320/64, assim como as estabelecidas na Instrução Normativa TC/MS n° 35/2011.

Deve ser ressaltado, que a publicação do extrato do contrato na data já destacada, obedeceu integralmente o prazo estabelecido pelo Parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal n° 8.666/93, bem como, do mesmo modo, o encaminhamento dos documentos que instruem o processo a esta Corte de Contas observou o prazo exigido pela Instrução Normativa TC/MS n° 34/2010.

Quanto ao procedimento licitatório, este seguiu rigorosamente os ditames legais, em consonância com as redações dos artigos 1º, 2º, seus parágrafos e incisos,



da Lei Federal nº 10.520/02, artigo 37, XXI, da Constituição Federal/88, que consolidam a modalidade de Pregão, bem como o artigo 4º, do primeiro dispositivo mencionado, demonstrando estar correta a modalidade na forma em que foi empregada.

Da mesma forma, o contrato respeita os parâmetros legais estabelecidos pelo pacto firmado e encontra respaldo na legislação que o estabelece, ou seja, as redações do artigo 60 e artigo 61 da Lei Federal n° 8.666/93, caracterizando com clareza e precisão as condições para a sua perfeita formalização.

Ante o exposto, com fundamento legal no artigo 77, II, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 59, I, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, artigo 13, V, c/c artigo 311, I, e artigo 312, I, primeira parte, do Regimento Interno TC/MS, acolho o parecer ministerial e passo a decidir.

III – DECIDO:

1 – Pela **REGULARIDADE** e **LEGALIDADE** do Procedimento Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 22/2013 e da Formalização do Contrato Administrativo nº 63/2013, firmado entre o **MUNICÍPIO DE ÁGUA CLARA/MS,** CNPJ/MF n° 03.184.066/0001-77, como Contratante, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Silas José da Silva, CPF nº 044.977.578-03, e a empresa **SOUZA & MATIASSI LTDA.,** CNPJ nº 10.632.524/0001-59, representada neste ato pelo Sr. Alexandre Mendes de Souza, CPF n° 940.303.161-15, como Contratada;

2 – Pelo retorno dos autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo – 2ICE, para que aguarde a total execução financeira do contrato e, após verificadas as premissas dispostas no artigo 253 do Regimento Interno TC/MS, emita análise conclusiva;



3 – Pela comunicação deste julgamento aos interessados, nos termos do artigo 106 da Resolução Normativa nº 057/2006.

É a decisão.

Publique-se o julgamento no DOTCE/MS, em conformidade com o artigo 65 da Lei Complementar nº 160/2012.

Campo Grande/MS, 24 de Outubro de 2013.

IRAN COELHO DAS NEVES

Conselheiro-Relator